

Uma Nova Atitude: Cidadania de Influência

José Romano

Estamos aqui reunidos políticos, académicos, empresários, técnicos, trabalhadores, sindicalistas, estudantes, jornalistas, mulheres e homens da esquerda, do centro e da direita, do interior e do litoral, do continente e das ilhas, jovens, adultos e idosos. Muita gente. Gentes muito diferentes com um interesse comum – **todos nós queremos um mundo e um país melhor, mais livre, mais próspero e em Paz.**

Entre nós há também em comum o inconformismo e o respeito pelos valores da Democracia. Somos todos pela Paz. Somos todos pela Liberdade. Somos todos de Abril e Abril é de todos nós. Dos que se revoltaram e dos que evoluíram. Abril é dos que não se resignarem. É dos que quiserem sempre mais e melhor para nós, para os que vivem entre nós e para os que nos hão-de suceder.

Somos todos filhos da Madrugada. Dessa madrugada que nos libertou de uma pesada e obscura noite de isolacionismo totalitário que oprimiu e reprimiu a liberdade e o progresso e que nos privou durante décadas, de ocuparmos o nosso lugar natural entre os países livres e desenvolvidos da Europa.

Hoje tenho 32 anos. Pertencço à primeira geração que cresceu em liberdade.

Permitam-me, por isso, que dirija as minhas primeiras palavras aos militares que a 25 de Abril de 74 abriram caminho à Democracia e ao povo que na rua revolucionou Portugal.

Permitam-me que vos agradeça por me terem dado a oportunidade de crescer num país livre. De estudar, namorar, protestar, sonhar, viajar, ler, debater, num Portugal livre, democrático e em paz.

Faço parte da geração que se formou para a cidadania mais activa na contestação às leis da propinas e que foi, por isso, classificada pelo Vicente Jorge Silva, num singular editorial do “Público”, de “Geração Rasca”.

Esta geração tem hoje a idade que tinham os capitães de Abril em 74, e no futuro próximo terá, necessariamente, que assumir os destinos das empresas, das associações, da comunicação social, das universidades, dos partidos e, naturalmente, do país.

Esta que foi a primeira geração a crescer em paz e ainda não foi forçada a ir à guerra. Foi a primeira geração a viajar, viver e trabalhar numa Europa sem fronteiras internas e num Mundo cada vez mais global. Esta geração, que derrubou sucessivos Ministros da Educação, exigindo maior esforço público na qualificação das pessoas e na formação, tem mais licenciados, mestres e doutores do que alguma vez existiram em Portugal. Esta foi a geração que iniciou a sua sexualidade mais cedo, de uma forma mais livre e menos complexada, com todas virtudes de planeamento que a pílula proporciona, mas marcada pelas medos da sida, das hepatites e a ainda pela chaga da criminalização do aborto, que teima em punir as mais fracas e em separar-nos da Europa.

Esta geração une-se de facto, mais do que se casa. Esta geração que é hoje francamente mais urbana e cosmopolita do que rural, que usa as novas

tecnologias da comunicação, como a Internet e o telemóvel para as mais quotidianas actividades, vai começar a determinar o destino do país.

Uma geração depois, que consequências a que tudo isso terá no nosso futuro colectivo? Quais serão as novas bandeiras e os novos valores propostos ao país? Que estratégias? Que opções? Que desafios? Que metas?

Ao contrário do que se passou há trinta anos, temos hoje, todos, os mais e menos experientes, homens e mulheres, da esquerda e da direita, a oportunidade, mas sobretudo o dever, de olhar para o futuro e planear o nosso caminho com maior conhecimento, maior serenidade e mais tempo.

Podemos identificar oportunidades, competências e assim, fazer opções.

Foi para isso que decidimos promover o 1º Congresso da Democracia Portuguesa. Para saltarmos barreiras conjunturais, corporativas, partidárias e identificar caminhos para Portugal e para os Portugueses.

Feitos os diagnósticos devemos agora assumir compromissos com o futuro. Continuar a Liberdade, a Democracia e desenvolver Portugal.

Este Congresso tem uma marca de futuro. Uma marca interpelativa das nossas capacidades e da nossa vontade de mudar Portugal. Uma vontade que é também um dever de todos e de cada um.

Permitam-me por isso, que também eu, enquanto cidadão empenhado na coisa pública, aqui deixe algumas reflexões pessoais a este congresso.

Srs. Congressistas,

Mais do que uma mera opção ideológica ou partidária, o que o país tem pela frente é uma opção entre atitudes – dos cidadãos, das famílias, das empresas, das organizações e do Estado:

Teremos de optar entre o laxismo e a transigência com a mediocridade, desqualificada e barata versus a exigência de maior qualidade, necessariamente apoiada na qualificação e admitindo por isso pagar um pouco mais;

Nos actos da administração central e local, na justiça, na fiscalidade, nas empresas, teremos de optar entre a corrupção, o compadrio, o tráfico de influências e a promiscuidade versus a ética, a clareza na separação de poderes e a transparência nos interesses e nas decisões;

O critério para a escolha dos nossos dirigentes, tem necessariamente que passar a privilegiar a competência e o carácter, em desfavor do critério, praticamente exclusivo, que vigora, da afinidade partidária.

Tomemos por exemplo o caso da TAP: É francamente indiferente saber o posicionamento ideológico do Sr. Fernando Pinto. Os resultados dos exercícios dos últimos anos atestam da sua inegável competência, fazendo a TAP descolar de um passivo assinalável para lucros operacionais, pelo que está de parabéns o ministro Mexia que perante um conflito entre este gestor e um alto dirigente do Partido que suporta o governo, optou pelo mérito em detrimento do cartão partidário.

Teremos de optar entre a legitimação e a credibilização dos poderes eleitos –, sufragados periodicamente, sujeitos a contrapoderes institucionais e fiscalizados por uma imprensa livre vs o domínio de poderes especulativos, descontrolados, demagógicos, sem rosto, sem nome, sem causas, intemporais, sustentados por uma capacidade económica e por uma comunicação social que, ou é sua, ou depende das suas receitas publicitárias. Um poder que tudo pode comprar - até opinião.

Quando começámos a organizar este Congresso houve muita gente da esquerda que nos criticou por convidarmos nomes da direita como o Prof. Cavaco Silva ou o Dr. Pacheco Pereira e houve naturalmente muita gente da direita que nos criticou por fazermos um Congresso com muita gente de esquerda. Tudo isto porque o discurso e a prática partidária em Portugal continuam a ser maneicaistas e primárias, com cada uma das partes a defender sempre a sua facção versus a outra, em todas as circunstâncias, mesmo quando a evidência demonstra a falência da argumentação. O discurso dominante continua a tratar o interlocutor, sobretudo o telespectador, como um ser desprovido de capacidade crítica e a tratar cada militante como um porta bandeiras a mobilizar em dia de comício.

As pessoas em geral e os militantes partidários, por consequência, são hoje mais esclarecidos, mais urbanos, mais cultos e portanto rejeitam e afastam-se de um discurso que os menospreza e as reduz a figurantes de um espectáculo menor, que não lhes traz novidades e que é normalmente muito pouco dignificante.

O sistema democrático precisa de organizações políticas e partidárias mais respeitáveis e credíveis, mas para isso elas têm que revolucionar substancialmente as suas práticas.

Tomemos por exemplo as próximas eleições autárquicas: Num concelho com milhares de eleitores, os candidatos partidários vão ser escolhidos por comissões políticas locais de meia dúzia de pessoas que foram por sua vez eleitas por apenas algumas centenas de militantes locais de cada partido. Ora, nem nesse momento, que é seguramente o mais importante da vida de uma estrutura partidária local, os militantes de base são chamados a participar na vida política do seu próprio partido. A sua opinião esgota-se na votação para a comissão política local de anos a anos. Este sistema convida os militantes a afastarem-se dos partidos porque se sentem alheios, e fecha o ciclo viciado do cacique local em torno do grupo fechado que rodeia o núcleo íntimo dos decisores, abrindo espaço a todas as perversões e ilegalidades;

Permitam-me pois que daqui desafie todas as organizações partidárias a reproduzirem, já nas próximas autárquicas, o notável exemplo de democracia e participação dado pelo recente acto eleitoral para a escolha do secretário-geral do PS, fazendo com que os candidatos autárquicos de cada partido sejam escolhidos em eleição directa pelos militantes e não apenas pelas comissões concelhias.

Façam as pessoas participar. Mostrem-lhes que elas contam. Promovam o rejuvenescimento dos órgãos partidários, nomeadamente através da aplicação da limitação de mandatos aos cargos públicos mas também nos cargos partidários, clarifiquem a vergonhosa situação do financiamento dos partidos, acabem com as promiscuidades populistas de retorno fácil com os mundos do futebol e dos média, em vez de continuarem a chorar lágrimas de crocodilo pelo aumento da abstenção e o afastamento dos eleitores em relação aos eleitos;

No ambiente, na economia, na segurança social, na regulamentação do trabalho, na indústria, teremos de optar entre a gestão sustentada dos nossos recursos – ambientais, energéticos, económicos ou humanos, versus o consumo intensivo e predador, não planeado e por isso condenado à falência no futuro próximo.

Na ciência, nas artes, nas escolas, nas empresas e na comunicação social, teremos de optar entre o prémio ao mérito, ao esforço continuado e metódico versus a promoção do sucesso fácil, especulativo, do dia para a noite e apoiado em valores “pimba” quando não profundamente perversos;

Teremos de optar entre a responsabilização do erro, da negligência e do crime versus a impunidade, a transigência ou a prescrição da culpa;

Vivemos num país que há 23 anos discute se a morte do primeiro-ministro em Camarate foi ou não crime, continuamos sem conhecer as causas e os responsáveis pela queda da ponte de Entre-os-Rios, do viaduto do IC19, da morte da criança do Aquaparque, da morte da criança do semáforo do Campo Grande em Lisboa, ficam por apurar os buracos financeiros tremendos e os passivos na gestão das empresas públicas, ficam por pagar as multas do trânsito, ficam por punir os infractores, fica por credibilizar o Estado.

Teremos de optar entre o respeito e o desprezo pelo outro. Vivemos num país onde se morre demais em acidentes de viação e acidentes de trabalho, porque o outro ou é desprezado e por isso não se respeitam as normas de segurança no trabalho, ou é o inimigo a abater no carro que nos ultrapassa;

Teremos de enfim de optar entre o individualismo alienado versus uma cidadania de influência, activa, crítica, participativa e exigente;

A opção está à nossa frente. Um dos caminhos agarra-nos ao subdesenvolvimento ou outro conduz-nos à modernidade. Hoje, temos felizmente a liberdade de decidir.

Tenhamos a sabedoria para o fazer!

Bons trabalhos!